

POPULAÇÃO E TRABALHO ESCRAVO NA FREGUESIA DE PIRACURUCA – PIAUÍ (1850-1888).

Francisco Helton de Araujo o Filho¹

heltonfilho89@gmail.com

RESUMO: Embora a mão de obra escrava negra fosse empregada geralmente na pecuária, havia uso sistemático em outras atividades e a diversificação de tarefas e serviços. Contudo, a mão de obra cativa não era exclusiva nas fazendas pecuarista do Piauí, dividia-se as tarefas com trabalhadores pobres livres, não havendo na pecuária uma diferenciação rígida das atividades entre livres e escravizados. Apesar da grande maioria das propriedades rurais no Piauí se dedicarem à criação de gado vacum e cavalariço, existiam propriedades menos extensas, chamadas sítios, onde se cultivava gêneros de subsistência, como o feijão, o milho e a mandioca, e dependia predominantemente da força de trabalho feminina e infantil. Destacavam-se também o plantio de algodão, de fumo e cana para o abastecimento externo. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é mostrar que a dinâmica demográfica da população livre e escravizada na freguesia de Piracuruca, localizada no norte do Piauí, estava intrinsecamente ligada às atividades do criatório e à agricultura de subsistência, como a venda de carne verde, porcos, roça, produção de fumo, aguardente e farinha, ofícios mecânicos e serviços. Além disso, o contingente da mão-de-obra escravizada se encontrava alocada em várias atividades vinculadas ao cotidiano privado das famílias da vila ou das fazendas aos seus arredores. Trabalhadores livres e trabalhadores escravos dividiam espaço dentro do mundo do trabalho. Contudo, as atividades produtivas se baseavam em grande parte na mão de obra cativa. Para isso, utilizamos uma variedade de fontes como os recenseamentos, as matrículas de escravos, mapas cartográficos, entre outros.

¹ Mestrando em História Social na Universidade Federal do Ceará – UFC. Bolsista Capes.

1. A freguesia de N. S. do Carmo de Piracuruca: Fazendas e sítios.

Piracuruca se localizava em uma região de entroncamentos, no norte do Piauí, com inúmeros caminhos que ligavam terras distantes. Os caminhos que entrecruzavam a freguesia de Piracuruca levavam a diversos destinos, como ao Maranhão, ao litoral, ao centro-sul do Piauí e a Serra da Ibiapaba. As boiadas interligavam vários espaços econômicos que exerciam a atividade criatória. Nesse sentido, é preciso levar em consideração a interconexão regional de diferentes vilas e cidades que detinham sua economia no criatório. Por Piracuruca, passavam homens, animais e mercadorias que seriam vendidos em praças distantes, importados ou exportados pelo Porto das Barcas, em Parnaíba.

Mapa 02: Caminhos que ligavam à freguesia de Piracuruca.



Fonte: MAPPA geographico da capitania do Piauy, e parte das do Maranhão, e do Gram Pará. [S.l.: s.n.], [1816?]. 1 mapa ms., col., desenho a nanquim e a tinta ferrogálica, 39 x 62,5cm. em f., 42 x 65,5.

As relações socioeconômicas no Piauí do século XIX, estavam marcadas pelos conflitos e tensões geradas em torno da questão da terra. O poder do fazendeiro estava na

capacidade de ampliar cada vez mais os limites de suas propriedades e absorver o número maior de mão de obra de agregados ou escravizados. No entanto, as fronteiras das fazendas e sítios eram fronteiras móveis, onde o trabalhador pobre livre ou escravizado poderia estar mobilizado em busca de objetivos que garantissem sua autonomia, isto é, o controle de sua própria vida e de sua produção. Essa autonomia estaria muito mais ligada a constituição das pequenas propriedades, como os sítios e moradas. Nesse sentido, não só os proprietários estavam atentos, mas os trabalhadores também se articulavam, organizados de maneiras diferentes, buscando objetivos diferentes.

A distinção entre fazendas e sítios, estabelecidas sobre fronteiras móveis, não era apenas uma relação econômica de combinar a pecuária com a agricultura, mas uma relação da experiência de autonomia dos trabalhadores, do poder interno dos fazendeiros e o poder externo do Estado. Nesse ponto, é a relação do poder pessoal e o poder do Estado que revela uma das dimensões do conflito em torno da terra no século XIX.

Essas questões podem ser evidenciadas no contexto da criação da Lei de Terras, em 1850. A lei estabeleceu um prazo para o registro de terras possuídas dentro de dois anos, sendo multado aquele que não realizasse o registro. Os vigários das paróquias ficaram responsáveis pelos registros. Mesmo para o registro das terras particulares, a execução da lei enfrentou uma série de dificuldades e obstáculos.

Esse registro, aos olhos dos proprietários, era o estabelecimento dos limites das propriedades, sendo que o poder dos proprietários estava justamente na ausência de limites, isto é, na ausência de registro. Nesse sentido, o grande proprietário poderia invadir e avançar as fronteiras de suas propriedades. No entanto, o pequeno proprietário tinha interesse no registro, porque ao registrar, estabeleciam-se os limites e impediam os avanços das grandes propriedades. Para o pequeno proprietário, agregado ou sitiante, poderia ser a garantia da posse. É interessante notar que na distinção das propriedades entre fazendas e sítios, os trabalhadores estão transitando entre essas duas dimensões, de um lado as fazendas, onde ele trabalha com a criação de gado e do outro os sítios onde pratica-se a agricultura de subsistência. Por quê muitos fazendeiros deixaram de registrar suas terras?

Segundo Marcia Motta (1998, p. 166), não declarar o registro era uma forma de ocultar como foram adquiridas, se por meio de posse ou sesmaria. Registrar ou não suas terras era uma questão difícil, pois haveria a necessidade de legitimar os limites territoriais declarados.

Os registros paroquiais não representam de fato um retrato da estrutura fundiária da época, primeiro, porque não era obrigatório nenhuma prova sobre os limites das propriedades.

Bastava aos senhores declararem se era conhecido ou a forma como foi adquirida. No entanto, nos permite indicar algumas características dessa estrutura.

No registro de terras feito na freguesia de Piracuruca em 1858, identificamos 63 fazendas e sítios que foram registrados dentro do primeiro prazo. No entanto, esse número não representa o total de propriedade rurais registradas ali. De um total de 63 propriedade registradas pelo vigário da freguesia de Piracuruca, 48 eram referidas como fazendas e 15 como sítios.

Mesmo não sendo representativo da estrutura fundiária de Piracuruca, notamos algumas tendências relevantes a partir dos registros, que serve para caracterizar a concentração e organização das posses de terras da freguesia nesse período. As fazendas de gados representavam 76,19% das propriedades rurais registradas e os sítios 23,81%. Obviamente, em relação as posses, as fazendas detinham a maior quantidade, com um total de 683 posses e os sítios com o total de 25 posses. Notamos uma superioridade nas posses de fazendas como, por exemplo, a fazenda São José, que detinha a maior quantidade de posses, 74, em relação aos sítios, que se caracterizavam por poucas posses de terras.

No século XIX, a pecuária não era a atividade econômica exclusiva nas propriedades rurais do Piauí. Durante esse período, houve uma tendência para a diversificação da produção (LIMA, 2009, pp.14-17). Havia propriedades destinadas não só a pecuária, mas aquelas que praticavam a agricultura, com plantação do fumo e algodão, assim como o cultivo de pequenas roças para a subsistência, como o milho, feijão e a mandioca. Essa variedade de atividades produtivas pode ser constatada em Piracuruca.

Associadas a pecuária estava, também, uma série de outras atividades, tais como a criação de animais de pequeno porte como poldros e cavalos, além carneiros, equinos e suínos. Existiam em Piracuruca, “muitas fazendas, ou estabelecimentos rurais que se ocupam exclusivamente dessa indústria”². Havia ainda pequena criação de aves domésticas como galinhas, patos, perus, capotes e até pombos. A caça e a pesca forneciam grande parte da alimentação da população pobre. A agricultura produzia milho, feijão e mandioca para subsistência, e o excedente era vendido no comércio local. Além dessas atividades, a produção de farinha de mandioca, fumo, aguardente e algodão completaram a diversidade econômica regional. Segundo a descrição do município de Piracuruca feita em 1881: “A

² Descrição do Município de Piracuruca realizado pela Câmara Municipal em 1881. QUESTIONÁRIO. Província do Piauí. *Descrição do Município de Piracuruca*. Anais. Bibl. Nac., Rio de Janeiro, 113: 287-416, 1993. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=Anais_BN_WI&pagfis=377&pesq=&url=http://docvirt.com/docreader.net. Acesso: 03-11-14.

lavoua consiste na cultura da cana de açúcar, mandioca, milho, arroz, feijão. Também se cultivavam diversas espécies de frutas, como: laranjas, limas, romãs, bananas. Pinhas, ananás, melão, melancia, aboboras, etc”³.

Muitos dos sítios e chácaras se localizavam nas terras das fazendas de criar, sendo arrendado ou não. Muitos proprietários possuíam várias posses de terras que incluíam fazendas e sítios. De acordo com Solimar Lima (2008, p. 2 - 4):

A estrutura produtiva para garantir as necessidades de consumo básico alimentar humano, certamente, variava de acordo com as posses da propriedade. Nas maiores, a montagem requeria, além de áreas para cultivo de grãos, a disponibilidade de braços cativos e livres para a labuta. Os espaços para as roças eram exclusivos, os trabalhadores não. Plantava-se para o alimento - predominantemente, mandioca, milho e feijão. O trabalho nas roças era desenvolvido de acordo com o calendário de plantio. A sazonalidade permitia a liberação temporária de mão de obra do pastoreio, especialmente no período de preparo da terra. Neste sentido, o trabalho nas roças era aleatório e acessório à produção pastoril. A produção resultante, voltada à subsistência. (LIMA, 2008, p. 2 - 4)

Nos sítios, as famílias estavam empenhadas a agricultura de subsistência e, também, dedicavam sua produção ao abastecimento da população urbana. A produção agrícola, assim como na pecuária, era praticada através do trabalho manual, com técnicas rudimentares, geralmente com ajuda de braços escravos e pessoas pobres livres. Em sua maioria, os sítiantes eram posseiros estabelecidos nos arredores das fazendas ou em terras sem donos. Nesse sentido, a posse se dava mediante o cultivo das áreas. Outros eram herdeiros que iniciavam a vida com seu pedaço de terra, a maioria com expressiva quantidade de filhos, e eventualmente com agregados e alguns poucos escravos. Os agregados representam a parte dos moradores que mais se deslocava de uma região para outra, como os cearenses que fugiam da seca, e muitos deles eram antigos escravos libertos ou pardos e negros livres.

2. População Livre e Escravizada

As mudanças políticas, econômicas e administrativas que se deram ao longo do século XIX, provocaram sensíveis alterações demográficas em toda província do Piauí. Comparando com as análises feitas em outras regiões para o mesmo período, percebemos as diferenças e

³ Descrição do Município de Piracuruca realizado pela Câmara Municipal em 1881. QUESTIONÁRIO. Província do Piauí. *Descrição do Município de Piracuruca*. Anais. Bibl. Nac., Rio de Janeiro, 113: 287-416, 1993. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=Anais_BN_WI&pagfis=377&pesq=&url=http://docvirt.com/docreader.net. Acesso: 03-11-14.

movimentos comuns. Sabe-se que a distribuição regional da população do Piauí se diversificou bastante ao longo do século XIX, devido a diversos fatores, entre eles a criação de novas vilas e uma diversificação das atividades econômicas, como alternativa ao criatório, que beneficiou principalmente as regiões mais ao norte da Província.

O *Mapa Estatístico da População do Município de Piracuruca* de 1856, feita pela delegacia de polícia, traz informações bastante relevantes sobre a população livre e escrava, como estado civil, nacionalidades, empregos e o número de nascimentos e óbitos. A população total do município registrada pela delegacia era de 10.170 pessoas, sendo 9.220 livres e 950 escravizadas. Em relação as pessoas livres o mapa registra um número 9,213 brasileiros e 7 estrangeiros que viviam no município. Entre os cativos 899 eram criolos, ou seja, nascidos no Brasil e havia 53 escravos africanos. Em relação aos empregos, é identificado 40 pessoas trabalhando em empregos públicos, 31 no comércio, 261 como artesãos e 3, 657 foram declarados sem ofícios. Os trabalhos na agricultura e criação somados chegavam a 3,631. Nota-se que o número de pessoas livres declaradas sem ofício é quase semelhante ao número de trabalhadores na agricultura e criação. Talvez, essa massa de trabalhadores livres sem ofício fazia parte de um contingente de mão de obra que exerciam qualquer tipo de trabalho e serviam como reserva. A criação e a lavoura eram as atividades econômicas que mais se destacavam no município. Em relação as pessoas escravizadas, a atividade agrícola concentrava 472 pessoas, número bem superior à criação com 38 pessoas escravizadas. As declaradas sem ofícios eram de 440 pessoas escravizadas.

Com um novo incremento do setor agrícola algodoeiro e a demanda por produção de fumo no mercado internacional, houve uma manutenção da massa de trabalhadores escravizados na Província do Piauí e Maranhão entre os anos de 1850 a 1879. A produção do fumo e principalmente de algodão, que teve um período de alento na década de 1860, durante a Guerra de Secessão americana, beneficiou muitos agricultores na Província do Piauí, chegando a exportar 10.475 arrobas de algodão em caroço em 1857, aumentando para 22.000 arrobas em 1859 (MARCONDES e FALCI, 2001, p. 7). Segundo Klein e Luna (2010, p. 192), a população escrava no Piauí em 1854 era 16.858 pessoas, aumentando para 19.836 em 1870, chegando em 1872 com 23.795 pessoas escravizadas.

Piracuruca tinha uma população bastante dispersa, com grande parte das pessoas vivendo em povoações rurais, fazendas, sítios e moradas. Em 1872, a população livre de cor era bem mais significativa, representando a grande maioria com 69,23% da população livre ou 4,159 pessoas. Esse aumento da população livre de cor foi tendência de toda população brasileira no século XIX. A migração da condição social de escravo para livre era decorrência

de vários fatores, entre eles, a alforria principalmente de mulheres escravizadas ainda jovens e um aumento do crescimento natural dessa população.

A população total de Piracuruca, incluindo a freguesia de Piripiri em 1872, era de 6,629 pessoas, sendo que os escravos representavam 10,71% do total ou 710 pessoas escravizadas (divididas em 335 homens e 375 mulheres). Podemos constatar, a partir do Recenseamento Geral do Império de 1872, algumas relações entre a população livre e escrava de acordo com ao sexo e a cor. Em relação a população livre esses números representam um percentual de (58,78%) para pardos, (28,73%) para brancos, (5,99%) para pretos e (4,46%) para caboclos. Observa-se que o número de pardos era superior ao restante da população, seguido do número de brancos, pretos e caboclos. Do total de pardos livres, as mulheres representavam (28,29%), um número significativamente inferior em relação aos homens (31,49%). Nota-se que o número de homens era bem maior do que o de mulheres, em relação a população livre. Somando o número de pretos e pardos na população livre obtêm-se um total de 64,77%, o que representa mais da metade da população afrodescendente ou egressa da escravidão.

Já na população escrava, o número de mulheres era superior ao de homens, representando (52,80%) e (47,17%), respectivamente. Em relação a população escrava, aparecem apenas como pardos e pretos, com número de pretos (52,80%) um pouco maior em relação ao de pardos (47,17%). Os dados do Recenseamento de 1872, em relação a freguesia de Piripiri apresenta uma população significativa, com um total de 2.391 habitantes, entre livres e escravos e 970 casas.

A posse de escravos na freguesia de Piracuruca se caracterizou pela grande maioria de proprietários com um reduzido número de cativos, possuidores de uma parcela significativa do total da população escravizada. Havia aqueles com grande concentração de escravizados em suas propriedades, como é o caso do coronel Pedro de Britto Passos, que detinha 51 cativos em 1874, época da primeira matrícula de escravos do município. Esses trabalhadores estavam distribuídos nas diferentes propriedades e desempenhavam várias funções. Identificamos a estrutura de posse de cativos a partir da matrícula de escravos do município de Piracuruca, realizada em 1874, incluindo os cativos do distrito de Piripiri.

A quantidade de trabalhadores escravizados possuídos por um proprietário, definia o nível de poder e o prestígio que exercia na localidade. No entanto, do total de proprietários da freguesia de Piracuruca, uma grande maioria (84,18%), possuíam entre 1 a 5 cativos, o que representava mais da metade de toda a população escravizada matriculada no município naquele ano, ou seja, 54,77% dos cativos. Os maiores escravistas representavam tão-somente

2,25% dos proprietários. Dentre os proprietários haviam muitas mulheres e órfãos tutelados por um senhor. Dos 177 proprietários que consta na matrícula, 47 eram do sexo feminino. É o caso de dona Cecília Maria das Virgens, que consta ter possuído 11 cativos. Em Piracuruca o número médio de cativos era de 3,1 por senhor.

Esses aspectos podem ser verificados em outras regiões da Província. Falci e Marcondes (2001, p. 12), analisando a estrutura de posse de escravos para as cidades de Oeiras e Teresina, constataram um número médio de cativos de 4,4 para Oeiras e 5,2 para Teresina, caracterizando pequenas propriedades. Os maiores proprietários de escravos representavam 1,9% em Oeiras e 4,2% em Teresina. Segundo os autores, a propriedade escrava revelou um número médio de cativos e uma concentração menor do que em outras regiões, como é o caso do vale do Paraíba paulista.

3. Mundos do Trabalho

Os trabalhos nas fazendas começavam cedo, geralmente, nas primeiras horas do dia, preparando-se o café e ordenhando o leite, “gordo e saboroso”. Uma vaca dava “três até quatro medidas de leite, e é mugida só uma vez pela manhã. Prepara-se manteiga muito saborosa, somente durante os primeiros meses de chuva, o tempo verde, como é chamado” (SPIX e MARTIUS, 1938, p.209). As mulheres escravizadas realizavam todo trabalho doméstico, cuidando dos serviços da casa da fazenda. Segundo Lima (2002, p. 23):

Em muitas fazendas a tarefa de alimentar os porcos ficava a cargo das cozinheiras que recolhiam os restos de comidas para serem dados aos animais [...] lavavam e alvejavam as redes e roupas e limpavam as panelas, travessas, pratos ou cuias. Preparavam bolos, doces de buriti e de leite, coalhada, queijo e “emulsões” [sucos] da polpa de buriti e imbu. Rachavam lenhas para o fogão, assopravam brasas para o ferro e engomavam as roupas dos patrões usadas. Nas viagens à capital e nas missas. Carregavam água para beber, para o uso na cozinha e para os banhos. Varriam a casa, o quintal e o terreiro e, nele, alimentavam os porcos, cabras e carneiros. Entre muitas outras tarefas, as cozinheiras ainda fabricavam sabão e gordura para a venda. (LIMA, 2002, p. 23).

Esse era um trabalho que começava desde criança, muitas vezes acompanhando a mãe nos afazeres doméstico. É o caso de Germana, crioula, de 8 anos de idade, cozinheira, filha de Maria, fula, de 22 anos de idade, também cozinheira, pertencente ao alferes Diogo Alves de Oliveira, que em 1874, exercia a ocupação de cozinheira ao lado de sua mãe.

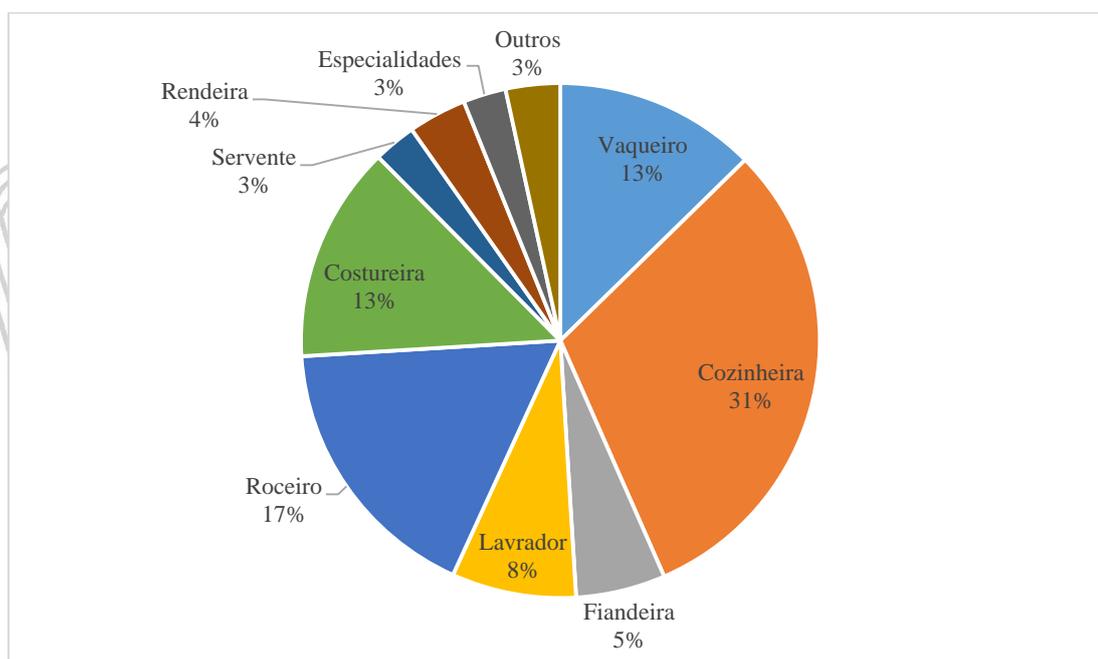
Além dos serviços domésticos, as mulheres escravizadas exerciam diferentes funções e tarefas no dia a dia das fazendas e nos contextos urbanos. A divisão sexual do trabalho escravizado se dava em relação a ocupação ou atividade exercida. No entanto, era comum a presença de mulheres em trabalhos mais pesados, como na roça e na lida do gado. Homens e mulheres e até crianças escravizadas exerceram diferentes funções e ocupações.

Esses trabalhadores escravizados nos espaços urbanos, eram responsáveis pelos serviços de limpeza das ruas e praças, reparo das estradas, da fonte de água pública, serviços de construção, limpeza e arrumação da casa, muitas vezes acompanhavam suas senhoras à missa carregando cadeirinhas e leiteiros, realizavam tarefas cotidianas como lavar roupa no rio, pegar água na fonte, cuidar da roça, fiar e cozinhar. Segundo Jurenir Machado (1989, p. 121-122), dois escravizados ficaram na memória da população de Piracuruca por exercer atividades especiais:

... o preto velho “Meruoca” que matava formigueiros sob encomendas e “Antonio Crioulo”, que pertenceu a D. Ana Maria de Cerqueira, hábil e incansável corredor. Esse escravo morreu jovem, ao que consta, vitimado pelos esforços que fazia para vencer a enorme distância entre a vila e a casa grande da fazenda, sempre às carreiras, no fiel cumprimento dos mandados. (MACHADO, 1989, p 121-122).

Existiam os escravos que exerciam ocupações mais específicas. Muitos desses trabalhos eram realizados desde criança, com tarefas que exigiam menos esforço físico, como fiar e tecer, ou eram incorporadas à produção a partir dos 8 anos de idade (LIMA, 2005).

A partir da lista de classificação, evidenciamos as principais ocupações e atividades exercidas pelos cativos em Piracuruca. Do total de 555 cativos classificados, 414 aparecem exercendo algum tipo de ofício ou ocupação. Dentre eles temos aqueles que trabalham no campo como os vaqueiros (13%), os roceiros (17%) e os lavradores (8%), e especificações como de trabalho no campo. Nas atividades domésticas as cozinheiras predominam, com (31%), seguidas das costureiras (13%), fiandeiras, rendeiras, engomadeiras, lavadeiras e serviço doméstico. Dentre as ocupações, tem-se aquelas que exigiam algum tipo de especialização como pedreiro, servente, ferreiro, alfaiate, sapateiro, representando 3% da mão de obra cativa. Aparecem ainda cativos que exerciam atividades pouco comuns em Piracuruca como viajante, místico, ganhador, aluguel, fabrica e aprendiz, equivalente a (3%). A soma entre as tarefas que exigiam algum ofício e aquelas outras ocupações específicas chega a 18% do total das ocupações. No gráfico a seguir podemos visualizar a distribuição dessas profissões.

Gráfico 1: Ofícios e Ocupações

Fonte: APEPI. Série: Município. Subserie: Piracuruca. Caixa 417

De outro modo, em todas as atividades exigidas pela fazenda de gado, podia-se encontrar livres e escravizados trabalhando juntos. Segundo Lima (2010, p.41), era comum cenas de homens livres e escravizados junto com mulheres escravizadas, trabalhando na abertura de caminhos entre as matas, tangendo o gado para as reservas naturais de água, como diversas cacimbas e lagoas espalhadas pelo sertão, e deslocando com segurança às fazendas e currais. As fazendas de gado possuíam a maior quantidade de trabalhadores, tanto livres quanto escravizados. Eles eram responsáveis por abrir o vaquejadouros, construir cercas e currais. As mulheres também ajudavam nas tarefas de construção de cercas e currais, no amansamento dos animais, como poldros e cavalos para o transporte de pessoas e cargas, além de cuidar das bicheiras dos animais.

O trabalho na lavoura exigia um grande esforço físico. Era preciso limpar o solo. Primeiro realizava-se a “broca” (corte de pequenas árvores com foice), para daí fazer a “derriba” (corte de árvores maiores com o machado), só então, ateavam fogo. Encontramos em nossa documentação Joaquim, cabra, 43 anos, casado com mulher livre, sem filhos. Na classificação de março de 1885, consta que ele não tinha profissão. No entanto, o documento declara Joaquim apto para o trabalho na roça.

As mulheres escravas também exerciam a atividade no campo, como Juliana, fulla, 34 anos, também roceira, que pertencia a Plácido Félix da Silva. Segundo Lima (2005) era predominante o trabalho feminino nas roças. Os escravos que eram declarados sem profissão podiam exercer qualquer tipo de atividade. Além disso, as mulheres escravizadas também criavam os filhos dos senhores, servindo de amas de leite. É o caso de Tomásia, crioula, pertencente ao padre Domingos de Freitas, que foi liberta quando de sua morte, por ter cuidado de seu filho mais novo (SANTANA, 1984, p. 46).

A proximidade entre trabalhadores escravizados e livres, tornou possível a formação de diversas teias de relações sociais entre esses sujeitos. Nesse sentido, esses aspectos permitiram o estabelecimento de diversas relações familiares pelos escravizados.

As relações sociais forjadas entre os trabalhadores escravizados nestes sertões do Piauí, possibilitou aos poucos a criação de espaços de autonomia, que tinha sua força e coesão nos laços afetivos e familiares. Laços criados com pessoas que conviviam e labutavam lado a lado, fossem elas livres, forras ou escravas.

Referências

Fontes

Arquivo Público do Estado do Piauí

APEPI. Série: Município. Subsérie: Piracuruca – Escravos. Caixa: 417
 APEPI. Série: Municípios. Subsérie: Piracuruca. Caixa 149.
 APEPI. Caixa: Delegacia e subdelegacia de Polícia. Piracuruca.
 APEPI, Série: municípios, subserie: Piripiri, caixa 170.

Biblioteca Nacional

QUESTIONÁRIO. Província do Piauí. *Discripção do Municipio de Piracuruca*. Anais. Bibl. Nac., Rio de Janeiro, 113: 287-416, 1993. Disponível em:http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=Anais_BN_WI&pagfis=377&pesq=&url=http://docvirt.com/docreader.net. Acesso: 03-11-14.

Recenseamento Geral do Império, 1872

Bibliografia

BITENCOURT, Jurenir M. *Apontamentos Históricos da Piracuruca*. COMEPI, 1989.

KLEIN, Herbert S. e LUNA, Francisco Vidal. *Escravidão no Brasil*. Trad. Laura T. Motta. São Paulo: Edusp: Imprensa Oficial, 2010.

LIMA, Solimar Oliveira. *Braço Forte: trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí – 1822-1871*. Passo Fundo: UPF, 2005.

LIMA, Solimar Oliveira. *Condenados ao Trabalho: Trabalhadores escravizados nas fazendas públicas do Piauí: 1822-187*. Teresina – PI: UFPI, Departamento de Geografia e História, Junho, 2002.

LIMA, Solimar. *O trabalho livre nas fazendas pastoris escravistas do piaui*. Informe Econômico. Publicação do Curso de Ciências Econômicas/ UFPI. Ano 10, n. 22. Nov-Dez/2009-Jan/2010.

MARCONDES, Renato Leite; FALCI, Miridan Britto Knox. *Escravidão e reprodução no Piauí: Teresina (1875)*. In: *Congresso Brasileiro de História Econômica*, 4, 2001, São Paulo. Anais. São Paulo: ABPHE, 2001.

SANTANA, Judith. *O padre Freitas de Piripiri*. 1984.

SPIX, Johann Baptist von & MARTIUS, Carl Friedr Phil von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.